DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
Quadra 502 Sul, Avenida Joaquim Teotônio Segurado - Bairro Plano Diretor Sul - CEP 77021-654 - Palmas - TO - www.defensoria.to.def.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

O grupo 2 - exclusivo para ME e EPP

Os grupos 1, 3, 4 e 5 – são de ampla concorrência

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que **a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG: 926040, por meio de seu Pregoeiro**, designado pela **Portaria nº 304 de 22 de março de 2022,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, por meio de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para eventual e futura contratação do fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros em PVC, forros em gesso acartonado, persianas, pontos: elétrico, lógico, telefônico e de ar-condicionado, janelas e portas de vidro temperado, portas de madeira, pisos e soleiras, janelas de esquadria de alumínio, películas de controle solar, pintura em geral, bem como todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto. A licitação será regida pela Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal 8.538/2015, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, além das demais normas pertinentes e das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO INTERNO: 23.0.000000670-0

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 25/2023

DIA: 26/07/2023

HORÁRIO: 08h:30min (oito horas e trinta minutos), horário de Brasília.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 926040

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: www.comprasgovernamentais.gov.br e http://www.defensoria.to.def.br/

1.1. Constitui parte integrante deste Edital

1.1.1. Anexo I – Termo de Referência

1.1.2. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

1.1.3. Anexo III – Minuta do Contrato

1.1.4. Anexo IV – Modelo da Proposta Readequada

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação por meio de Registro de preços para eventual e futura contratação do fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros em PVC, forros em gesso acartonado, persianas, pontos: elétrico, lógico, telefônico e de ar-condicionado, janelas e portas de vidro temperado, portas de madeira, pisos e soleiras, janelas de esquadria de alumínio, películas de controle solar, pintura em geral, bem como todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto, para atender as unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, nos quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência, ANEXO – I ao presente Edital.

2.2. As quantidades descritas são estimadas, e serão solicitadas de acordo com as necessidades, conforme especificações, quantitativos e rotinas descritas no **ANEXO I – Termo de Referência**, integrantes deste edital, independente de transcrição.

2.3. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens**,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R$ 1.446.544,25 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos),** conforme Anexo I – Termo de Referência.

3.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos oriundos do Tesouro Estadual, consignados no Orçamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, cuja programação é a seguinte:

Programa de trabalho: **03.122.1143.2188; 03.091.1173.2024**

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 e 3.3.90.39

Fonte: 1.500.0000.000, detalhamento 666666

UG: 49010

Programa de trabalho: **03.091.1173.4004; 03.091.1173.4367**

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 e 3.3.90.39

Fonte: 1.759.0000.240, detalhamento 005035

UG: 50350

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.1.2. O grupo 2 é exclusivo de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.1.1. Não serão admitidos participantes cuja sanção, de suspensão temporária ou de impedimento vigente, tenha sido aplicada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, pouco importando a órbita federativa.

5.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

5.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.8. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.5.2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.5.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca e fabricante, se for o caso;

7.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.6. O preenchimento da proposta no sistema comprasnet não isenta o licitante de encaminhar a proposta inicial a que se refere o subitem 6.1.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.21.1. no País;

8.21.2. por empresas brasileiras;

8.21.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.2. A negociação pode se resumir à provocação do licitante para se manifestar quanto à possibilidade de redução do preço no prazo que o Pregoeiro assinalar, prevalecendo a última proposta em caso de silêncio.

8.23.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, podendo desde logo desclassificá-la acaso constatado desatendimento das demais condições de participação ou habilitação.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se preço máximo o valor estimado para o item.

9.2.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas dos licitantes que sejam inferiores a 70% **do mais baixo entre os valores previstos no art. 48, § 1º, "a" e "b" da Lei 8.666/1993. Isto é: (a) o valor orçado pela administração pública e (b) a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela administração.**

9.2.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.2.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. O Pregoeiro deve encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.5.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro novamente verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

10.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3.3. Constatada a existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.2.1. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF devem ser encaminhados.

10.2.2. A consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pelo Pregoeiro, constitui meio legal de prova para fins de habilitação, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.3.1. Documentos complementares são aqueles que se prestam à confirmação dos já apresentados, vedada a inclusão de documento que deveria ter sido cadastrado para habilitação juntamente com a proposta inicial.

10.3.2. A vedação da inclusão de documento novo não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e que não foi juntado com os demais documentos de habilitação e/ou proposta, por equivoco ou falha. (Acórdãos TCU - Plenário: 1.211/2021, 2.443/2021, 2.568/2021, 468/2022 e 988/2022).

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes do licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.8.9. Cédula de identidade, ou documento equivalente, do representante legal, eleito nos atos constitutivos como administrador, qualquer que seja a modalidade empresária.

10.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais, municipais e distrital relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual, municipal e distrital do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.10.2. Balanço Patrimonial acompanhado do resultado do último exercício social, exigível e apresentado na forma da lei, registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante; ou Balanço Patrimonial via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED com recibo de entrega, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Na apresentação do Balanço Patrimonial digital, a autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;

10.10.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.10.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.10.6. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.10.7. Para fins de habilitação será considerado como data de validade do balanço patrimonial o dia 30 de abril.

10.10.8. Sendo o participante filial também será aceito balanço patrimonial e atestado de capacidade técnica em nome da matriz, conforme Acórdãos Plenário 3.056/2008 e 1277/2015, TCU.

10.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.11.1. Caso não conste qualificação técnica junto ao SICAF, ou o atestado ali inserido seja incompatível, deverá o licitante detentor da melhor proposta apresentar cópia de 01 (um) atestado de capacidade técnica ou certidão, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento da emitente que conste a razão social, o CNPJ, o objeto contratado que comprove ter a licitante fornecido o bem ou serviço, de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação e dados para contato.

10.11.1.1. Os atestados deverão referir-se ao fornecimento de materiais/serviços no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e compatíveis, em característica, com o objeto desta licitação.

10.12. DISPOSIÇÕES FINAIS PARA HABILITAÇÃO

10.12.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.12.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.12.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.12.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.5. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.12.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.12.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção ao fornecedor registrado, se for o caso.

11.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail: **cpl@defensoria.to.def.br,** ou diretamente na CPL.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VIGÊNCIA E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. A assinatura da Ata de Registro de Preços se dará na modalidade eletrônica, devendo o representante legal do licitante vencedor providenciar seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI da DPE-TO, através do banner correspondente no sitio da DPE-TO.

15.3. Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

15.5. Firmada a Ata de Registro de Preços entre o licitante vencedor e a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, seus signatários passarão a denominar-se: Fornecedor Registrado e Órgão Gerenciador, respectivamente.

15.6. A Ata poderá ser firmada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação do licitante vencedor.

15.7. Ao firmar a Ata, o Licitante vencedor, quando solicitado pelo Órgão Gerenciador, obriga-se a fornecer os materiais/serviços a ele adjudicados.

15.8. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

15.9. Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, **o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.10. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.11. Para fins de autorização, **só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam**, por órgão ou entidade solicitante, **a cinquenta por cento** dos quantitativos **dos itens** registrados na Ata de Registro de Preços.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

16.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

16.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2. O cancelamento do seu registro poderá ser:

17.2.1. A pedido do próprio Fornecedor Registrado, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.2. Por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

17.2.2.1. O fornecedor registrado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado:

17.2.2.2. O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

17.2.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.4. O fornecedor registrado não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5. O fornecedor registrado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.2.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

17.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão Gerenciador fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

18. DA GARANTIA

18.1. Todos os critérios da garantia são as estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

19.2. O Fornecedor Registrado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR REGISTRADO

21.1. As obrigações do Órgão Gerenciador e do Fornecedor Registrado são as estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da sua notificação; nos seguintes casos:

a) Não apresentar documentação exigida para o certame;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da sua proposta;

d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) Não manter as condições ofertadas em sua proposta;

f) Falhar ou fraudar na execução do ajustado;

g) Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;

h) Cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no presente Instrumento, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor contratado;

c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor solicitado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

23.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

23.5. Caso não seja pago na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante ou cobrada judicialmente;

23.6. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n° 8.666/93;

23.7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, será garantido o contraditório e a ampla defesa.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@defensoria.to.def.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Quadra 502 Sul, Avenida Teotônio Segurado, Palmas – TO, CEP: 77021-654, seção de protocolo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

24.3. Caberá o Pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados o Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. Concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, bem como publicadas na página da DPE-TO e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8.1. Para os fins do disposto no subitem anterior, em dias em que eventualmente venha a ser estabelecido como ponto facultativo considerar-se-á como dia não útil.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. Fica assegurado à DPE-TO, mediante justificativa, o direito de, a qualquer tempo, e no interesse da Administração, revogar a presente licitação no todo ou em parte.

25.12. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta**.

25.13. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

25.14. É responsabilidade da licitante o acompanhamento das publicações oficiais referentes ao presente procedimento licitatório, inclusive o acompanhamento da situação do certame no site da Defensoria Pública do Estado do Tocantins independentemente dos dados constantes do sistema Comprasnet.

25.15. Em caso de indisponibilidade do sistema Comprasnet para o licitante é dever deste comunicar imediatamente o Pregoeiro via telefone no nº (063) 3142-0567, sob pena de assumir o ônus disposto no subitem 6.5 deste Edital.

25.16. São válidas todas as comunicações ou notificações encaminhadas aos licitantes via correio eletrônico nos endereços por eles indicados em suas propostas ou constantes do SICAF, contando-se os prazos a partir da data do envio.

25.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.defensoria.to.def.br/ e https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ (UASG: 926040), permanecendo os autos do processo administrativo com vista franqueada aos interessados que a solicitarem.

25.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro em conformidade com a legislação preambularmente indicada.

25.19. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Palmas-TO, com exclusão de qualquer outro.

Palmas, 10 de julho de 2023.

Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves
Subdefensor Público-Geral

Andreia Machado Ribeiro Silva
Pregoeira

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Alexandre Conceição A Gonçalves**, **Primeiro Subdefensor Público-Geral**, em 10/07/2023, às 10:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DULCIRENE PEREIRA OLIVEIRA**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitações em Substituição**, em 10/07/2023, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0777766** e o código CRC **73801F34**.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual e futura contratação do fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros em PVC, forros em gesso acartonado, persianas, pontos: elétrico, lógico, telefônico e de ar-condicionado, janelas e portas de vidro temperado, portas de madeira, pisos e soleiras, janelas de esquadria de alumínio, películas de controle solar, pintura em geral, bem como todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto, para atendimento das demandas da DPE-TO.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Da necessidade da contratação:

2.1.1. A Defensoria Pública do Estado do Tocantins - DPE-TO constantemente promove a modificação da estrutura dos mais de quarenta imóveis em uso pela Instituição, a exemplo da criação de novos espaços, do rearranjo de ambientes internos por meio da divisão de salas, da abertura de janelas e portas etc. Tais ações decorrem em razão da necessidade de ajustar os espaços físicos às demandas que vão surgindo, como a criação de novos setores ou a ampliação da força de trabalho;

2.1.2. Por ocasião de mudança para novos locais, a DPE-TO também realiza diversas adequações na ambiência dos imóveis locados, a fim de estruturá-los adequadamente às necessidades institucionais. É o caso, por exemplo, da instalação de persianas, de pontos elétricos, lógicos, telefônicos e de ar-condicionado. Tais medidas objetivam garantir melhores condições de atendimento aos assistidos e assegurar a composição física adequada ao desempenho das atividades dos membros, servidores e demais colaboradores;

2.1.3. Dessarte, a aquisição de materiais e a contratação de mão de obra qualificada para execução dos serviços essenciais à estruturação dos ambientes internos demonstra ser necessária e indispensável à garantia do atendimento das necessidades da DPE-TO.

2.2. Do enquadramento do objeto e modalidade de licitação:

2.2.1. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, os itens previstos no presente Instrumento podem ser considerados como bens e serviços comuns, vez que os padrões de desempenho e qualidade especificados são os usuais de mercado, podendo ser descritos, portanto, de forma objetiva no instrumento convocatório;

2.2.2. Pelo que versa o *caput* do citado artigo, o pregão poderá ser adotado como modalidade de licitação apropriada ao caso. Nesse sentido, a escolha do pregão em sua forma eletrônica mostra-se pertinente, tendo em vista que sua utilização oportuniza a ampliação da concorrência, o que tende a beneficiar a Administração Pública no que tange à busca pelo melhor preço;

2.2.3. À vista disso, a licitação será promovida por meio da modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, na forma prevista no artigo 45, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993, através do Sistema de Registro de Preços, conforme regulamentado no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.3. Da licitação pelo Sistema de Registro de Preços:

2.3.1. Devido à incerteza do quantitativo a ser utilizado, considerando que a demanda é eventual, o que gera a necessidade de contratações frequentes, mostra-se oportuna a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP);

2.3.2. Diferentemente da licitação convencional, na licitação para registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil (art. 7º, §2º do Decreto nº 7.892/2013). Assim, tem-se resguardado o princípio da economicidade, ao evitar o comprometimento do orçamento de forma antecipada e eventualmente desnecessária.

2.4. Do quantitativo estimado:

2.4.1. A definição dos materiais e serviços, bem como as suas especificações, quantidades, dentre outros, foi estabelecida pela Coordenadoria de Manutenção e Serviços com base em critérios técnicos e histórico de consumo/demanda no âmbito Despacho 0629030 COORDMS - Pasta II do processo 21.0.000001304-5, o qual versa sobre a verificação, junto à Coordenadoria de Manutenção e Serviços, da demanda de materiais e/ou serviços que são oriundos da atuação da referida unidade, em especial quanto à especificação, quantidade estimada, critérios de exigência quanto ao objeto, obrigação de apresentação de amostras, garantia, etc., devidamente fundamentados no histórico de consumo/uso/necessidade do objeto do futuro certame, além da substituição dos que estão sendo usados atualmente por estarem obsoletos, em má condições ou inservíveis, ou ainda por eventual aumento da necessidade;

2.4.2. No entanto, ressalta-se que não há obrigatoriedade de contratação de determinado quantitativo mínimo, posto que as aquisições e serviços serão realizados na exata medida da necessidade e conveniência da Administração, motivo pelo qual optou-se pelo registro de preços.

2.5. Da divisão do objeto em grupos:

2.5.1. A divisão dos itens em grupos justifica-se por se tratar de serviços e materiais de natureza semelhante cuja execução demonstra-se interdependente. Não fosse assim, pôr-se-ia em risco sua operacionalização, face as dificuldades de questionamento, por exemplo, da garantia dos serviços prestados por diferentes empresas em um item diretamente ligado a outro (como a instalação de rodapés realizada por uma empresa em uma parede de gesso acartonado instalada por outra), o que dificultaria apurar possíveis falhas e atribuí-las aos responsáveis, além de possivelmente implicar a descontinuidade da padronização do objeto;

2.5.2. Soma-se isso ao fato de que a divisão dos itens em grupos amplia a competitividade do certame, além de propiciar uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que a execução dos serviços em conjunto traz significativa redução dos preços ofertados pelos licitantes, se comparada com a execução individual de cada item por fornecedores diferentes.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

GRUPO	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	Valor Unitário	Valor Total
I	01	Persiana horizontal **em alumínio**, com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	50	M²	369,10	18.455,00
	02	Instalação de persiana horizontal **em alumínio.**	50	M²	56,00	2.800,00
	03	Persiana vertical **em tecido** com trilho completa (nuance), com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	100	M²	210,75	21.075,00
	04	Persiana vertical **em tecido** com trilho completa (nuance), com blackout com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	50	M²	342,50	17.125,00
	05	Persiana vertical **em tecido** com trilho completa (juta) com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	50	M²	273,75	13.687,50
	06	Persiana vertical **em tecido** com trilho completa (juta), com blackout com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	50	M²	336,50	16.825,00
	07	Instalação de persiana vertical em **tecido** com trilho completa.	200	M²	57,50	11.500,00
	08	Manutenção e/ou reparo de persianas horizontal **em alumínio** - com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	30	M²	71,75	2.152,50
	09	Manutenção e/ou reparo de persianas vertical **em tecido**.	30	M²	74,50	2.235,00
	10	Corte e Reinstalação de persianas vertical **em tecido** - com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	20	UND	97,50	1.950,00
		Total Grupo I				**107.805,00**
II	11	Fornecimento e aplicação de Película de Controle Solar (Insulfilm) preto G-5 instalada	100	M²	95,94	9.594,00
	12	Fornecimento e aplicação de Película de Controle Solar (Insulfilm) preto G-20, instalada	50	M²	95,94	4.797,00
	13	Fornecimento e aplicação de Película de Controle Solar (Insulfilm) jateado branco, instalada	50	M²	100,44	5.022,00
	14	Fornecimento e aplicação de Película de Controle Solar (Insulfilm) jateado areia, instalada	30	M²	99,69	2.990,70
	15	Fornecimento e aplicação de Película de Controle Solar (Insulfilm) Jateado black-out, instalada	50	M²	102,50	5.125,00
	16	Retirada de Película de Controle Solar existente	50	M²	32,50	1.625,00
		Total Grupo II				**29.153,70**
III	17	Parede de gesso acartonado com montante e guia de 70 mm, parafuso ponta aguda 3.5x25 mm e fita com massa- com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	500	M²	140,29	70.145,00
	18	Instalação de parede de gesso acartonado com perfil a cada 0,60 cm.	500	M²	40,90	20.450,00

19	Desinstalação de parede de gesso acartonado com perfil a cada 0,60 cm.	100	M²	16,33	1.633,00
20	Emassamento e pintura de parede em **gesso acartonado**, - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	1000	M²	24,34	24.340,00
21	Abertura e requadramento de vão em parede de **gesso acartonado**, - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	50	M²	57,75	2.887,50
22	Fechamento de vão em parede/forro de gesso acartonado com perfil a cada 0,60 cm - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	30	M²	128,51	3.855,30
23	Rodapé em **cerâmica**, 07cm de altura, conforme padrão existente. - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	150	MT	29,52	4.428,00
24	Rodapé em **granito** , 10 cm de altura, conforme padrão existente - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	150	MT	85,37	12.805,50
25	Instalação de Rodapé em cerâmico/granito	300	MT	26,00	7.800,00
26	Soleira em Granito, na cor padrão do ambiente, incluso os materiais para instalação.	20	M²	376,42	7.528,40
27	Instalação de Soleira em Granito	20	M²	31,88	637,60
28	Parede mista em **placa cimentícia e gesso acartonado** - com todos os materiais necessários para execução do serviço	200	M²	189,40	37.880,00
29	Instalação de parede **mista em placa cimentícia e gesso acartonado**.	200	M²	73,63	14.726,00
30	Emassamento e pintura em parede mista de **placa cimentícia e gesso acartonado** - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	400	M²	25,39	10.156,00
31	Abertura e requadramento de vão em parede mista de **placa cimentícia e gesso acartonado** - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	20	M²	82,75	1.655,00
32	Fechamento de vão em parede mista de **placa cimentícia e gesso acartonado**- com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	20	M²	167,74	3.354,80
33	Desinstalação de parede mista em **placa cimentícia e gesso acartonado**.	50	M²	30,23	1.511,50
34	Parede de **gesso acartonado com isolante acústico** - com todos os materiais necessários para execução do serviço.	200	M²	156,30	31.260,00
35	Instalação de parede de **gesso acartonado com isolante acústico** com todos os materiais necessários para execução do serviço .	200	M²	31,63	6.326,00
36	Desinstalação de parede de **gesso acartonado com isolante acústico** - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	30	M²	25,60	768,00
37	Emassamento e pintura em parede em **gesso acartonado, com isolante acústico** - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	400	M²	25,44	10.176,00
38	Fechamento de vão em parede em **gesso acartonado, com isolante acústico** com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	20	M²	121,34	2.426,80
39	Abertura e requadramento de vão em parede de **alvenaria --** com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	100	M²	110,55	11.055,00
40	Pintura de parede em **gesso acartonado**, - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	100	M²	23,15	2.315,00
41	Pintura de parede em **gesso acartonado com grafiato**. - com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	50	M²	26,48	1.324,00
42	Emassamento e pintura de parede em **gesso acartonado com grafiato**. - com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	100	M²	26,28	2.628,00
43	Forro em **gesso de placas**. - com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	200	M²	40,40	8.080,00
44	Instalação de forro de **gesso** em placas	200	M²	23,28	4.656,00

45	Emassamento e pintura de forro de **gesso** em placas- com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	200	M²	25,85	5.170,00
46	Desinstalação de forro em gesso em placas- com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	100	M²	12,08	1.208,00
47	Forro de **gesso Acartonado** com espessura 12,5 mm, estruturado e parafusado com parafuso 3.5 e 25 mm- com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	300	M²	79,71	23.913,00
48	Instalação de forro de **gesso Acartonado** com espessura 12,5 mm, estruturado e parafusado com parafuso 3.5 e 25 mm	300	M²	27,70	8.310,00
49	Emassamento e pintura de forro de **gesso acartonado**- com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	300	M²	26,48	7.944,00
50	Desinstalação de forro de **gesso Acartonado** com espessura de 12,5 mm, estruturado e parafusado com parafuso de 3.5 mm e 25 mm- com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	100	M²	17,25	1.725,00
51	Forro acartonado revestido com película PVC modular removível 10x625x1250mm	50	M²	88,20	4.410,00
52	Forro acartonado revestido com película PVC modular removível 10x625x1250mm, fixado em estrutura composta por perfis t clicados arame e regulador 1250 x 3750 mm - com todos os materiais necessários para instalação e acabamento na cor padrão do ambiente.	200	M²	127,73	25.546,00
53	Instalação de forro acartonado revestido com película PVC modular removível 10x625x1250mm, fixado em estrutura composta por perfis t clicados arame e regulador 1250 x 3750 mm,	200	M²	32,53	6.506,00
54	Desinstalação de forro acartonado revestido com película PVC modular removível 10x625x1250mm, fixado em estrutura composta por perfis t clicados arame e regulador 1250 x 3750 mm.	80	M²	17,42	1.393,60
55	Alçapão em aço galvanizado 60cm x 60cm, com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente.	10	UND	234,18	2.341,80
56	Alçapão em Placa de Drywall 60 cm x 60 cm, com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente	10	UND	65,10	651,00
57	Instalação de Alçapão	20	UND	60,00	1.200,00
58	Forro PVC 200 mm, com estrutura metálica com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente	150	M²	77,18	11.577,00
59	Instalação de forro PVC 200 mm com estrutura metálica.	150	M²	20,40	3.060,00
60	Desinstalação de forro PVC 200 mm com estrutura metálica com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente	50	M²	15,07	753,50
61	Porta de madeira - **pivotante** - completa - com portal, alisar, fechadura e dobradiça, pintada conforme o padrão do ambiente. 0,80m (largura) x 2,10m (altura) x 35mm (espessura).	30	UND	1.731,30	51.939,00
62	Porta de madeira - **pivotante** - completa - com portal, alisar, fechadura e dobradiça, pintada conforme o padrão do ambiente. 0,60m (largura) x 2,10m (altura) x 35mm (espessura).	15	UND	1.700,00	25.500,00
63	Instalação de porta de madeira com portal (Pivotante), alisares, com fechadura e dobradiça.	30	UND	253,95	7.618,50
64	Desinstalação de porta de madeira com portal (Pivotante), com acabamento final necessário, para deixar com um ótimo aspecto visual.	15	UND	51,06	765,90
65	Porta de madeira – **Correr** – completa – com bandô - puxador cromado 60 cm, fechadura, trilhos, pintada conforme padrão do ambiente. Medidas: 1m (largura) x 2,10m (altura) x35mm (espessura) - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente	20	UND	1.984,50	39.690,00
66	Instalação de porta de madeira – Correr – Completa	20	UND	183,98	3.679,60

	67	Desinstalação de porta de madeira de correr, com acabamento final necessário, para deixar com um ótimo aspecto visual.	10	UND	51,06	510,60
	68	Porta de alumínio - **pivotante** - completa - com portal, alisar, fechadura e dobradiça, pintada conforme o padrão do ambiente. 0,60m (largura)x 2,10m (altura) x35mm (espessura) - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente	05	UND	2.060,09	10.300,45
	69	Porta de alumínio - **pivotante** - completa - com portal, alisar, fechadura e dobradiça, pintada conforme o padrão do ambiente. 0,80m (largura) x2,10m (altura) x35mm (espessura) - com todos os materiais necessários para execução do serviço e acabamento na cor padrão do ambiente	05	UND	2.100,00	10.500,00
	70	Instalação de porta de alumínio com portal (Pivotante), alisares, com fechadura e dobradiça.	10	UND	166,48	1.664,80
	71	Piso em Porcelanato, 60 x 60 cm, polido ou acetinado, retificado, classe A, PEI 5, cor padrão do ambiente, incluso todos os materiais necessários à instalação	200	M²	211,72	42.344,00
	72	Piso em Porcelanato, 80 x 80cm, acetinado tipo LD (alto tráfego), retificado, classe A, cor padrão do ambiente, incluso todos os materiais necessários à instalação	200	M²	262,17	52.434,00
	73	Instalação de Piso em Porcelanato, executada sobre o contrapiso ou laje existente, com argamassa de assentamento específico para porcelanato do tipo AC-3; Execução de juntas de movimentação/dilatação, quando necessário; Rejuntamento com juntas de 2 mm ou menos, com rejunte acrílico.	300	M²	73,46	22.038,00
	74	Ponto elétrico completo de 10 a 20 - metros com todos os materiais necessários para execução do serviço	30	UND	170,52	5.115,60
	75	Instalação de ponto elétrico completo de 10 a 20 metros.	30	UND	59,24	1.777,20
	76	Ponto lógico completo de 10 a 20 metros - com todos os materiais necessários para execução do serviço	30	UND	182,35	5.470,50
	77	Instalação de ponto lógico completo de 10 a 20 metros.	30	UND	57,25	1.717,50
	78	Ponto telefônico completo de 10 a 20 metros - com todos os materiais necessários para execução do serviço	30	UND	182,69	5.480,70
	79	Instalação de ponto telefônico completo de 10 a 20 metros.	30	UND	57,25	1.717,50
	80	Ponto de ar-condicionado completo de 10 a 20 metros - com todos os materiais necessários para execução do serviço	30	UND	183,75	5.512,50
	81	Instalação de ponto de ar-condicionado completo de 10 a 20 metros.	30	UND	58,81	1.764,30
		Total Grupo III				**710.057,95**
IV	82	Pintura de parede **em ambiente interno / externo de até de 05 metros de altura,** com tinta acrílica acetinada premium - incluso todo material necessário para execução do serviço, cor conforme o padrão do ambiente.	1000	M²	25,05	25.050,00
	83	Pintura de parede **em ambiente externo acima de 05 metros de altura,** com tinta acrílica acetinada premium - incluso todo material necessário para execução do serviço, cor conforme o padrão do ambiente.	5000	M²	25,05	125.250,00
	84	Pintura em teto (Forro ou Laje), com tinta acrílica acetinada premium - incluso todo material necessário para execução do serviço, cor conforme o padrão do ambiente.	150	M²	24,41	3.661,50
	85	Pintura em superfície de calçada, com todos os materiais necessários para execução e acabamento, na cor padrão do ambiente.	100	M²	29,15	2.915,00
	86	Pintura de demarcação de vaga de garagem com tinta epoxi, com todos os materiais necessários para execução e acabamento, na cor padrão do ambiente.	100	M	68,85	6.885,00
	87	Pintura em superfície metálica com esmalte sintético premium, com acabamento pulverizado, com todos os materiais necessários para execução e acabamento, na cor padrão do ambiente.	300	M²	60,82	18.246,00
	88	Pintura em superfície de madeira - com verniz/esmalte sintético, com todos os materiais necessários para execução e acabamento, na cor padrão do ambiente.	60	M²	58,67	3.520,20
					Total Grupo IV	185.527,70
V	89	Porta de correr em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação – Incolor 10 mm	50	M²	401,99	20.099,50

90	Porta de correr em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação – Fumê 10 mm	50	M²	589,58	29.479,00
91	Porta de correr em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação – Verde 10 mm	30	M²	653,58	19.607,40
92	Instalação de porta de correr em vidro temperado	100	M²	129,83	12.983,00
93	Desinstalação de porta de correr em vidro temperado	20	M²	81,33	1.626,60
94	Manutenção de porta de correr em vidro temperado, com ajuste na regulagem e fixação, reparo na vedação, substituição de roldanas e trilho superior, quando necessário.	30	UND	154,38	4.631,40
95	Porta Pivotante em vidro temperado, com fechadura – Incolor 10 mm, com todos os materiais necessários à instalação.	50	M²	430,00	21.500,00
96	Porta Pivotante em vidro temperado, com fechadura – Fumê 10 mm, com todos os materiais necessários à instalação.	50	M²	571,25	28.562,50
97	Porta Pivotante em vidro temperado, com fechadura – Verde 10 mm, com todos os materiais necessários à instalação.	30	M²	648,50	19.455,00
98	Instalação de Porta Pivotante em vidro temperado	100	M²	139,68	13.968,00
99	Desinstalação de Porta Pivotante em vidro temperado	20	M²	82,00	1.640,00
100	Manutenção de Porta Pivotante em vidro temperado, com ajuste na regulagem, fixação e reparo na vedação.	30	UND	130,88	3.926,40
101	Porta Pivotante em vidro temperado, com mola hidráulica no piso e fechadura – Incolor 10 mm, com todos os materiais necessários à instalação.	30	M²	705,66	21.169,80
102	Porta Pivotante em vidro temperado, com mola hidráulica no piso e fechadura – Fumê 10 mm, com todos os materiais necessários à instalação.	30	M²	820,08	24.602,40
103	Porta Pivotante em vidro temperado, com mola hidráulica no piso e fechadura – Verde 10 mm, com todos os materiais necessários à instalação.	15	M²	856,00	12.840,00
104	Instalação de Porta Pivotante em vidro temperado, com mola hidráulica no piso.	50	UND	283,42	14.171,00
105	Desinstalação de Porta Pivotante em vidro temperado, com mola hidráulica no piso.	10	UND	102,33	1.023,30
106	Manutenção de Porta Pivotante em vidro temperado, com mola hidráulica no piso, com ajuste na regulagem e fixação, reparo na vedação e regulagem da mola.	20	UND	202,13	4.042,60
107	Fixo em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação. Incolor 8 mm - com todos os materiais necessários à instalação.	20	M²	324,45	6.489,00
108	Fixo em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação. Fumê 8 mm - com todos os materiais necessários à instalação.	20	M²	402,44	8.048,80
109	Fixo em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação. Verde 8 mm - com todos os materiais necessários à instalação.	10	M²	411,47	4.114,70
110	Fixo em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação. Incolor 10 mm - com todos os materiais necessários à instalação.	20	M²	420,27	8.405,40
111	Fixo em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação. Fumê 10 mm - com todos os materiais necessários à instalação.	20	M²	473,59	9.471,80
112	Fixo em vidro temperado, com todos os materiais necessários à instalação. Verde 10 mm - com todos os materiais necessários à instalação.	10	M²	502,94	5.029,40
113	Instalação em fixo em vidro temperado	50	M²	92,86	4.643,00
114	Desinstalação de fixo em vidro temperado	20	M²	77,39	1.547,80
115	Manutenção de Fixo em vidro temperado	20	M²	98,99	1.979,80
116	Vidro Float Comum Incolor 3mm – com todos os materiais necessários à instalação.	30	M²	203,92	6.117,60
117	Instalação de Vidro Float Comum Incolor 3mm.	30	M²	64,22	1.926,60
118	Vidro Float Laminado Incolor 3+3mm - com todos os materiais necessários à execução.	30	M²	478,44	14.353,20
119	Instalação de Vidro Float Laminado Incolor 3+3mm.	30	M²	162,98	4.889,40
120	Janela em Esquadria de Alumínio Anodizado, na cor Preto Fosco, com Vidro Float Laminado Incolor 3+3mm, com todos os materiais necessários a execução.	50	M²	1.053,74	52.687,00

	121	Instalação de Janela em Esquadria de Alumínio Anodizado, na cor Preto Fosco, com Vidro Float Laminado Incolor 3+3mm.	50	M²	279,37	13.968,50
	Total Grupo V					**398.999,90**
Valor estimado do custo com pagamento de quilometragem, considerando o deslocamento para atendimento das Defensorias no Estado do Tocantins.			15.000	Km	1,00	**15.000,00**
TOTAL GERAL						**1.446.544,25**

4. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor estimado do procedimento licitatório é de **R$ 1.446.544,25 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos);**

4.2. A DPE-TO não está prevendo quantidades mínimas a serem adquiridas, promovendo-se a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, em igualdade de condições;

4.3. Caberá a Diretoria de Administração a gestão dos preços registrados, verificando-se a adequação destes aos praticados pelo mercado e às necessidades demandadas por esta Instituição.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato em Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

5.2. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

5.2.1. Considerando que as assinaturas do Instrumento Contratual ocorrerão por meio eletrônico e poderão ser realizadas em datas distintas, o prazo a que se refere o subitem anterior, se iniciará a partir da data da assinatura da Contratante.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal ou nota fiscal/fatura, por meio de crédito em conta bancária, condicionado ao atesto do responsável pela fiscalização da execução do objeto, e manutenção das condições iniciais de habilitação;

6.2. O CNPJ constante da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho, vinculado a conta corrente do fornecedor registrado;

6.3. A DPE-TO reserva-se ao direito de não atestar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura para o pagamento, caso os dados constantes desta estiverem em desacordo com os da CONTRATANTE e CONTRATADA, ou ainda, se os materiais e/ou serviços não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Instrumento, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

6.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela DPE-TO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.5. A Formalização da despesa se dará por meio de instrumento contratual, visando a salvaguarda do prazo de garantia previsto no item 10.

7. DO PRAZO, LOCAL DA ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os materiais deverão ser entregues e instalados, de acordo com a necessidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, nas Unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins situadas nos seguintes municípios: Palmas - Araguaína - Dianópolis - Gurupi - Paraíso do Tocantins - Porto Nacional - Tocantinópolis - Alvorada - Ananás - Araguacema - Araguaçu - Araguatins - Arapoema - Arraias - Augustinópolis - Colinas - Colméia - Cristalândia - Filadélfia - Formoso do Araguaia - Goiatins - Guaraí - Itacajá - Itaguatins - Miracema - Miranorte - Natividade - Novo Acordo - Palmeirópolis - Paranã - Pedro Afonso - Peixe - Ponte Alta do Tocantins - Taguatinga – Wanderlândia – Xambioá e Brasília/DF;

7.1.1. Os endereços das localidades relacionadas no subitem 7.1 encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico: https://www.defensoria.to.def.br/contatos/contato/1;

7.2. Para os serviços solicitados cujo local de prestação se distancie mais de 70 km de Palmas-TO (conforme tabela de distância advinda do site da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação do Tocantins <https://www.to.gov.br/seinf/distancia-de-palmas-aos-municipios-tocantinsenses/13hlqaarnurw> ou outra que venha a substituí-la), será pago à contratada o valor de R$ 1,00 (um real) por Km rodado, sendo abatido da quilometragem total de cada deslocamento os 70 km referentes a ida e ainda os 70 km pertinentes ao retorno;

7.2.1. Para os deslocamentos cuja distância seja de até 70 km de Palmas TO, não será pago nenhum valor a título de quilometragem;

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. São obrigações do fornecedor registrado:

a) Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;

b) Não subcontratar o objeto do presente Termo;

c) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital;

8.2. Após assinatura do respectivo contrato pelo Fornecedor/Prestador Registrado, momento em que este passará a denominar-se CONTRATADO, obrigar-se-á:

8.2.1. Pela observância das Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto licitado;

8.2.2. A indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a DPE-TO, ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto;

8.2.3. A prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do protocolo de recebimento da demanda;

8.2.4. A responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a esta Instituição;

8.2.5. A reparar ou substituir o material e/ou serviço, caso durante a entrega do objeto este venha a ser danificado, sem que haja quaisquer ônus para esta Instituição;

8.2.6. A providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito fornecimento do objeto, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos itens;

8.2.7. A garantir a qualidade do objeto licitado comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. A Unidade demandante da Defensoria Pública do Estado do Tocantins gerenciará a Ata de Registro de Preços;

9.2. São obrigações do Órgão Gerenciador:

a) Solicitar o registro do licitante fornecedor e a formalização da correspondente Ata de Registro de Preços;

b) Acompanhar as despesas decorrentes do presente Termo de Referência e atestar o recebimento e/ou prestação dos produtos e/ou serviços, ou rejeitá-los no todo ou em parte, em relação às suas próprias contratações;

c) Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no Instrumento Convocatório e seus anexos, em relação às suas próprias contratações;

d) Sugerir a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações;

e) Responsabilizar-se pela observância das Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis a execução do objeto, em relação às suas próprias contratações.

10. DA GARANTIA

10.1. Todos os materiais e serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do seu recebimento definitivo, por qualquer defeito de fábrica, instalação ou execução, obrigando o fornecedor/prestador a repará-los imediatamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação formal da DPE-TO.

11. DAS SANÇÕES

11.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da sua notificação; nos seguintes casos:

a) Não apresentar documentação exigida para o certame;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da sua proposta;

d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) Não manter as condições ofertadas em sua proposta;

f) Falhar ou fraudar na execução do ajustado;

g) Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;

h) Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no presente Instrumento, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor contratado;

c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor solicitado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

11.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

11.5. Caso não seja pago na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante ou cobrada judicialmente;

11.6. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n° 8.666/93;

11.7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, será garantido o contraditório e a ampla defesa.

Documento assinado eletronicamente por **Jayra Vieira Reis de Sousa Santiago**, **Diretor(a) de Administração**, em 22/05/2023, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b"

Documento assinado eletronicamente por **Cleber Barros Arraes**, **Anagesp - Ciências Contábeis**, em 22/05/2023, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.41

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Rodrigues da Silva**, **Coordenador(a) de Manutenção e Serviços**, em 23/05/2023, às 10:38, conforme art. 1º, II

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_e

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ___/2023.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação do fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros em PVC, forros em gesso acartonado, persianas, pontos: elétrico, lógico, telefônico e de ar-condicionado, janelas e portas de vidro temperado, portas de madeira, pisos e soleiras, janelas de esquadria de alumínio, películas de controle solar, pintura em geral, bem como todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto, para atender as unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme processo licitatório 23.0.000000670-0, Pregão Eletrônico Nº __/2023.

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de 2023, A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**, com sede à Quadra 502 Sul, Av. Teotônio Segurado, s/nº, Plano Diretor Sul, CEP: 77.021-654, em Palmas-TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.248.660/0001-35, neste ato representada por seu Subdefensor Público-Geral, **Pedro Alexandre Conceição A. Gonçalves**, nomeado pelo **Ato nº 32 de 25 de janeiro de 2021**, publicado no **DOE 5.774, de 26/01/2021**, e no exercício das atribuições legais que lhe são conferidas por meio do **Ato nº 34/2021, publicado no Diário Oficial nº 5.777, de 29 de janeiro de 2021**, com alterações, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG _____- SSP/ ___, inscrito no CPF/MF sob o nº _____-__, residente e domiciliado na _____, e, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica da Defensoria Pública, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para eventual e futura contratação do fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros em PVC, forros em gesso acartonado, persianas, pontos: elétrico, lógico, telefônico e de ar-condicionado, janelas e portas de vidro temperado, portas de madeira, pisos e soleiras, janelas de esquadria de alumínio, películas de controle solar, pintura em geral, bem como todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto, para atender as unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, nos quantitativos e especificações constantes no ANEXO I do Edital do **Pregão Eletrônico nº __/2023**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico nº __/2023 para Registro de Preços,** e seus Anexos, Processo Licitatório nº 23.0.000000670-0, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2 DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S)

FORNECEDOR: (---) – CNPJ Nº (---)

GRUPO	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	VALOR

					UNITÁRIO	TOTAL

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado mediante processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.2. O cancelamento do seu registro poderá ser:

6.2.1. A pedido do próprio Fornecedor Registrado, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

6.2.2. Por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

6.2.2.1. O fornecedor registrado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado:

6.2.2.2. O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

6.2.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.2.2.4. O fornecedor registrado não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

6.2.2.5. O fornecedor registrado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

6.2.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão Gerenciador fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os proponentes a nova ordem de registro.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.defensoria.to.def.br e terá seu extrato publicado no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. São obrigações do fornecedor registrado:

a) Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;

b) Não subcontratar o objeto da presente Ata;

c) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital;

8.2. Após assinatura do respectivo contrato pelo Fornecedor/Prestador Registrado, momento em que este passará a denominar-se CONTRATADO, obrigar-se-á:

8.2.1. Pela observância das Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto licitado;

8.2.2. A indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a DPE-TO, ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto;

8.2.3. A prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do protocolo de recebimento da demanda;

8.2.4. A responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a esta Instituição;

8.2.5. A reparar ou substituir o material e/ou serviço, caso durante a entrega do objeto este venha a ser danificado, sem que haja quaisquer ônus para esta Instituição;

8.2.6. A providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito fornecimento do objeto, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos itens;

8.2.7. A garantir a qualidade do objeto licitado comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. A Unidade demandante da Defensoria Pública do Estado do Tocantins gerenciará a Ata de Registro de Preços;

9.2. São obrigações do Órgão Gerenciador:

a) Solicitar o registro do licitante fornecedor e a formalização da correspondente Ata de Registro de Preços;

b) Acompanhar as despesas decorrentes da presente Ata e atestar o recebimento e/ou prestação dos produtos e/ou serviços, ou rejeitá-los no todo ou em parte, em relação às suas próprias contratações;

c) Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no Instrumento Convocatório e seus anexos, em relação às suas próprias contratações;

d) Sugerir a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações;

e) Responsabilizar-se pela observância das Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis a execução do objeto, em relação às suas próprias contratações.

10. DA GARANTIA

10.1. Todos os materiais e serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do seu recebimento definitivo, por qualquer defeito de fábrica, instalação ou execução, obrigando o fornecedor/prestador a repará-los imediatamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação formal da DPE-TO.

11. DO PRAZO, LOCAL DA ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os materiais deverão ser entregues e instalados, de acordo com a necessidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, nas Unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins situadas nos seguintes municípios: Palmas - Araguaína - Dianópolis - Gurupi - Paraíso do Tocantins - Porto Nacional - Tocantinópolis - Alvorada - Ananás - Araguacema - Araguaçu - Araguatins - Arapoema - Arraias - Augustinópolis - Colinas - Colméia - Cristalândia - Filadélfia - Formoso do Araguaia - Goiatins - Guaraí - Itacajá - Itaguatins - Miracema - Miranorte - Natividade - Novo Acordo - Palmeirópolis - Paranã - Pedro Afonso - Peixe - Ponte Alta do Tocantins - Taguatinga – Wanderlândia – Xambioá e Brasília/DF;

11.1.1. Os endereços das localidades relacionadas no subitem 7.1 encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico: https://www.defensoria.to.def.br/contatos/contato/1;

11.2. Para os serviços solicitados cujo local de prestação se distancie mais de 70 km de Palmas-TO (conforme tabela de distância advinda do site da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação do Tocantins <https://www.to.gov.br/seinf/distancia-de-palmas-aos-municipios-tocantinsenses/13hlqaarnurw> ou outra que venha a substituí-la), será pago à contratada o valor de R$ 1,00 (um real) por Km rodado, sendo abatido da quilometragem total de cada deslocamento os 70 km referentes a ida e ainda os 70 km pertinentes ao retorno;

11.2.1. Para os deslocamentos cuja distância seja de até 70 km de Palmas TO, não será pago nenhum valor a título de quilometragem;

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal ou nota fiscal/fatura, por meio de crédito em conta bancária, condicionado ao atesto do responsável pela fiscalização da execução do objeto, e manutenção das condições iniciais de habilitação;

12.2. O CNPJ constante da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho, vinculado a conta corrente do fornecedor registrado;

12.3. A DPE-TO reserva-se ao direito de não atestar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura para o pagamento, caso os dados constantes desta estiverem em desacordo com os da CONTRATANTE e CONTRATADA, ou ainda, se os materiais e/ou serviços não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Instrumento, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

12.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela DPE-TO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

12.5. A Formalização da despesa se dará por meio de instrumento contratual, visando a salvaguarda do prazo de garantia previsto no item 10.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Caberá ao órgão aderente à Ata de Registro de Preços verificar junto ao Fornecedor Registrado a capacidade de fornecimento dos objetos registrados, bem como consultar o Órgão Gerenciador sobre a sua anuência.

13.2. Caberá ao Fornecedor Registrado beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos objetos decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador.

13.3. Os fornecimentos adicionais não poderão exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado** para o Órgão Gerenciador.

13.4. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados**.

13.5. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

13.6. Compete ao órgão, não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor Registrado das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

14. DAS SANÇÕES

14.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da sua notificação; nos seguintes casos:

a) Não apresentar documentação exigida para o certame;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da sua proposta;

d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) Não manter as condições ofertadas em sua proposta;

f) Falhar ou fraudar na execução do ajustado;

g) Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;

h) Cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no presente Instrumento, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor contratado;

c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor solicitado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

14.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

14.5. Caso não seja pago na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante ou cobrada judicialmente;

14.6. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n° 8.666/93;

14.7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, será garantido o contraditório e a ampla defesa.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

15.2. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da ata.

15.3. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

16. DO FORO

16.1. Para dirimir, na esfera judicial, às questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada pelos signatários deste instrumento.

Palmas, ... de ..... de 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO A. GONÇALVES

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

FORNECEDOR REGISTRADO

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Processo Eletrônico SEI nº 23.0.000000670-0.
Contrato nº ____ /20__.

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Quadra 502 Sul, Avenida Teotônio Segurado, S/N, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.248.660/0001-35, doravante denominada **CONTRATANTE,** ou simplesmente **DPE-TO,** neste ato representada pelo Primeiro Subdefensor Público-Geral no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 034 de 25 de janeiro de 2021, publicado no DOE 5.777 de 29 de janeiro de 2021, **PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO AIRES GONÇALVES,** brasileiro, portador do RG nº 4XXXX98-2 DGPC- GO e do CPF/MF nº 009.XXX.XXX-19, residente e domiciliado nesta capital, nomeado pelo Ato nº 299, de 29 de novembro de 2022, publicado no DO-DPE nº 373 de 29/11/2022, e a empresa _____**,** CNPJ sob o nº _____, com endereço à _____, CEP: _____, Telefone: ( )_____, e-mail:_____, doravante designada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo Sr.(a)_____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, SSP/TO, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pelo _____(c.v. ___), tendo em vista o que consta no Processo Eletrônico - SEI nº 23.0.000000670-0, e em observância às disposições da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº __/20__ e Ata de Registro de Preços nº __/20__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação do fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros em PVC, forros em gesso acartonado, persianas, pontos: elétrico, lógico, telefônico e de ar-condicionado, janelas e portas de vidro temperado, portas de madeira, pisos e soleiras, janelas de esquadria de alumínio, películas de controle solar, pintura em geral, bem como todos os materiais e insumos necessários à execução do objeto, para atendimento das demandas da DPE-TO.

1.2. As especificações, quantidades e valores contratados estão descritos na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Total Grupo I						
Total Grupo II						
Total Grupo III						

Total Grupo IV						
Total Grupo V						
Total Geral						

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA DE FORNECIMENTO, LOCAL DA ENTREGA E GARANTIA

2.1. O objeto deverá ser fornecido no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura deste Contrato, nas Unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins situadas nos seguintes municípios: Palmas - Araguaína - Dianópolis - Gurupi - Paraíso do Tocantins - Porto Nacional - Tocantinópolis - Alvorada - Ananás - Araguacema - Araguaçu - Araguatins - Arapoema - Arraias - Augustinópolis - Colinas - Colméia - Cristalândia - Filadélfia - Formoso do Araguaia - Goiatins - Guaraí - Itacajá - Itaguatins - Miracema - Miranorte - Natividade - Novo Acordo - Palmeirópolis - Paranã - Pedro Afonso - Peixe - Ponte Alta do Tocantins - Taguatinga – Wanderlândia – Xambioá e Brasília/DF;

2.1.1. Os endereços das localidades relacionadas no subitem 2.1 encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico: https://www.defensoria.to.def.br/contatos/contato/1;

2.2. Para os serviços solicitados cujo local de prestação se distancie mais de 70 km de Palmas-TO (conforme tabela de distância advinda do site da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação do Tocantins <https://www.to.gov.br/seinf/distancia-de-palmas-aos-municipios-tocantinsenses/13hlqaarnurw> ou outra que venha a substituí-la), será pago à Contratada o valor de R$ 1,00 (um real) por Km rodado, sendo abatido da quilometragem total de cada deslocamento os 70 km referentes a ida e ainda os 70 km pertinentes ao retorno;

2.2.1. Para os deslocamentos cuja distância seja de até 70 km de Palmas TO, não será pago nenhum valor a título de quilometragem.

2.3. DA GARANTIA

2.3.1. Os itens _____, objeto deste Contrato, terão garantia mínima de _____(_____), contados a partir do seu recebimento definitivo, por qualquer defeito de fábrica, instalação ou execução, obrigando o fornecedor/prestador a repará-los imediatamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação formal da DPE-TO.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E DEMAIS CONDIÇÕES

3.1. O valor do presente Contrato é de R$ _____ (_____), em conformidade com a Ata de Registro de Preços nº ____/20__;

3.1.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal ou nota fiscal/fatura, por meio de crédito em conta bancária, condicionado ao atesto do responsável pela fiscalização da execução do objeto, e manutenção das condições iniciais de habilitação;

3.1.2. O CNPJ constante da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho, vinculado à conta corrente da Contratada;

3.1.3. A Contratante reserva-se ao direito de não atestar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura para o pagamento, caso os dados constantes desta estiverem em desacordo com os da Contratante e da Contratada ou ainda, se os materiais/serviços entregues não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Contrato, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

3.1.4. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela DPE-TO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a presente contratação correrá à conta da(s) Nota(s) de Empenho(s) nº _____, emitida(s) em ____, devidamente apropriada(s) no(s) Elemento(s) de Despesa(s) _____, Subitem(s) _____, Vinculada à(s) Atividade(s) _____ da vigente Lei Orçamentária, Fonte _____, conforme juntado aos autos sob o Código Verificador nº _____.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada obriga-se a:

5.1.1. Não subcontratar o objeto do presente termo contratual;

5.1.2. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas no Edital;

5.1.3. Observar Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato;

5.1.4. Indenizar por quaisquer danos ou prejuízos causados à Defensoria Pública do Estado do Tocantins, ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto;

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do protocolo de recebimento da demanda;

5.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a Contratante;

5.1.7. Reparar ou substituir o material e/ou serviço, caso durante a entrega do objeto este venha a ser danificado, sem que haja quaisquer ônus para a Contratante;

5.1.8. Providenciar todos os recursos e insumos necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos/serviços;

5.1.9. Garantir a qualidade do objeto contratado comprometendo-se a substitui-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A Contratante obriga-se a:

6.1.1. Acompanhar as despesas decorrentes do presente Contrato e atestar o recebimento e/ou prestação dos produtos e/ou serviços, ou rejeitá-los no todo ou em parte, em relação às suas próprias contratações;

6.1.2. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, bem como no Edital do Pregão eletrônico nº ___/20__;

6.1.3. Sugerir a aplicação das penalidades por descumprimento do presente Instrumento;

6.1.4. Responsabilizar-se pela observância quanto às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis a execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - CASOS DE RESCISÃO

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato por parte da Contratada assegurará à contratante o direito de rescisão nos termos do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como nos casos citados no artigo 78 da mesma lei, garantida a prévia defesa sempre mediante notificação por escrito;

7.1.1. A rescisão também se submeterá ao regime previsto no artigo 79, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A empresa ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa de 20% do valor estimado/contratado e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, nos seguintes casos:

8.1.1. Apresentar documentação falsa;

8.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

8.1.3. Não manter as condições ofertadas em sua proposta;

8.1.4. Falhar ou fraudar na execução do ajustado;

8.1.5. Comportar-se de modo inidôneo, nos termos da Lei;

8.1.6. Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento contratual, a Contratante poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível, as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

8.2.2. Multa compensatória / indenizatória no percentual de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor Contratado;

8.2.3. Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) desse valor;

8.4. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido em conta da DPE-TO a ser indicada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

8.4.1. Caso não seja paga na forma do subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Contratante ou cobrada judicialmente;

8.5. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, as demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n° 8.666/93;

8.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas, será garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

9.1. O presente Contrato vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ___/20__, e a Ata de Registro de Preços nº ___/20__, constantes sob os códigos verificadores nº _____, Processo Licitatório nº 23.0.000000670-0, como se aqui estivessem transcritos, vinculando-se, ainda, à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. A aquisição do objeto consubstanciada no presente Contrato rege-se pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, além das demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1. O valor inicial atualizado do Contrato poderá ser acrescido ou suprimido dentro dos limites previstos no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do §2º do inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura;

12.2. Considerando que as assinaturas do presente instrumento ocorrerão por meio eletrônico e poderão ser realizadas em datas distintas, o prazo a que se refere o caput desta cláusula, se iniciará a partir da data da assinatura da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme Legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela Contratante, conforme disposto no art. 58, III, da Lei nº 8.666/93, responsabilizando-se por:

14.1.1. Acompanhar a execução com o objetivo de garantir o fiel cumprimento deste Contrato;

14.1.2. Atestar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura como condição de pagamento;

14.1.3. Notificar a Contratada acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, visando a adoção das medidas corretivas necessárias;

14.1.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do Contrato deverão ser informadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, solicitando, quando for o caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O presente instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo SEI - Sistema Eletrônico de Informações da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido;

15.2. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes deste Contrato, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins ou encaminhadas via correios ou e-mail, para o número ou endereço eletrônico indicado pela Contratada na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data do envio, da publicação, correios ou mensagem eletrônica;

15.3. Fica expressamente vedada à vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a Contratada tenha ou venha a assumir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Na forma do disposto do artigo 55, § 2º da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ASSINATURA

17.1. Por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, o qual, depois de lido, será assinado eletronicamente nos termos da Lei 11.419/2006, pelos representantes das partes, Contratante e Contratada, através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Palmas, ___ de _____ de 20__.

CONTRATANTE
Defensoria Pública do Estado do Tocantins
Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves
Primeiro Subdefensor Público-Geral

CONTRATADA
Empresa
Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **RENATA NEGREIROS GAMA CRUVINEL**, **Anagesp - Administração**, em 24/05/2023, às 16:03, conforme art. 1º, II

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_ext **06ECA2F6**.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

Pregão Eletrônico nº --.

Empresa: [Nome da Empresa]

CNPJ: [CNPJ da empresa]

Conta corrente: [Titularidade da empresa]

Endereço: [Endereço da empresa]

Telefone: [Telefone da empresa]

E-mail: [Endereço eletrônico da empresa]

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico n.º __/2022 e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R$ ___ ___ __ [valor por extenso], conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

Local e data

_____

Assinatura e carimbo

(Responsável da empresa)

Observações:

A licitante deverá ajustar a tabela acima de acordo com o(s) Item(ns) para o(s) qual(is) está apresentando a proposta.

Emitir em documento que identifique a licitante.